S. R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 1 – 2012

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, pelas nove horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal deste concelho, nos Paços do Município de Pampilhosa da Serra, com vinte e duas presenças, cujas assinaturas constam do respetivo livro. ----------

----- Nos termos do nº 3 do Artigo 46º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Mesa foi composta pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José Ramos Mendes, pelo Sr. Deputado Jorge Miguel Neves Pires, em substituição do 1º Secretário que, por motivos de ordem profissional não pode estar presente, e pelo Sr. Deputado Carlos Filipe Fonseca Machado dos Santos, em substituição do 2ª Secretário. ----------

----- Estiveram presentes, do Executivo Camarário, o Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio e o Sr. Vereador João dos Santos Alves. ----------

----- O Sr. Presidente da Assembleia saudou os presentes e deu início aos trabalhos. -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - Aprovação da Ata da Sessão do dia 26 de Novembro de 2011

----- Foi posta à discussão a ata da sessão ordinária do dia 26 de Novembro de 2011. Pediu a palavra o Sr. Deputado Gonçalves Xavier que, após ter saudado os presentes, manifestou a sua discordância relativamente à omissão de alguns considerandos por si apresentados relacionados com o quadro de pessoal e a sua implicação no orçamento, pois considera extremamente importante que fiquem mencionados na ata. Referiu: *"Como tinha um alinhamento escrito das questões, na altura perguntei qual a orientação estratégica ou*

exigências que levou a Câmara Municipal à admissão, em termos definitivos, entre 2011 e 2012 de cerca de 36 trabalhadores. Tendo em conta que os dados por mim referidos são extremamente importantes, em vista da análise comparativa entre as pessoas admitidas para o quadro e a tradução orçamental que isso representa, faço questão que essa análise fique mencionada em ata. --

----- Mais referiu que há outra questão na ata com a qual não concorda, no que se refere ao parágrafo em que é dito "(...) o *Sr. Presidente José Brito provavelmente ficará conhecido como o grande contratador"* e ainda *" espero que quem vier depois não tenha que ser o bode expiatório"* .... Entende que o sentido foi pervertido, pois a expressão "*bode expiatório"* referia–se ao facto de que quem viesse a seguir era capaz de encontrar uma situação mais complicada, pelo que também pode ser caracterizada essa situação. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara que, após ter cumprimentado os presentes, referiu que desconhecia se as contas que o Sr. Deputado Xavier fez estão bem ou se estão mal; Que, face ao que foi exposto, propõe que seja presente na próxima Assembleia Municipal um relatório que esclareça a questão do aumento de percentagem referida e a sua correspondência em termos orçamentais. ----------

----- Relativamente à questão do mapa de pessoal e à alteração que foi feita, o Sr. Presidente da Câmara informou que foram efetuados vários concursos e que não é líquido que o último que foi feito se concretize, porque entretanto e apesar de se reportar ao ano anterior, vai refletir-se no ano de 2012 e segundo o Orçamento de Estado para este ano, poderemos não conseguir concretizar algumas situações, o que é de lamentar, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Xavier pensa. Referiu também, *"neste momento não me importava de continuar a ter este título que ele me dá, de principal e grande empregador. E chamo a atenção para o facto de que não é empregar pessoas para as colocar a monte, mas porque precisamos delas e porque essas pessoas também precisam de emprego e cada vez mais batem à nossa porta. Não imaginam a quantidade de pessoas, principalmente jovens, que diariamente me abordam a pedir emprego. É um drama tremendo estarmos neste momento impossibilitados de*

resolver problemas, numa altura destas, mas perfeitamente justificados. Não pretendemos colocar na Câmara pessoas inativas, mas sim pessoas a trabalhar numa função e a produzir serviços." -----

Mais referiu, "*nós não contribuímos em nada para o estado deste País e devíamos ter um tratamento diferente. Quem andou mais do que devia em termos de gastos devia ter limitações; quem sempre teve a Câmara estável em termos financeiros e que sempre cumpriu as suas obrigações deveria continuar a fazê-lo, tendo sempre em conta a necessidade de prestar contas, que são frequentes, quer à DGAL quer ao Tribunal de Contas no sentido de que não se cometam exageros.* ----------

----- *O nome que o Sr. Deputado me atribuiu de grande empregador não ficaria mal se ainda fosse mais; dizer também que quem vier a seguir terá este Município em situação financeira estável para não ter que ser o "despedidor". Isso depende muito da dinâmica que cada um consegue imprimir e todos compreendem isso. O Sr. Deputado Xavier não entende a necessidade dos jovens que estão aqui em situação precária, que vão terminar os contratos e que vamos ter que os despedir, porque o Sr. Deputado, como é aposentado e tem uma situação totalmente resolvida, não compreende este drama, e eu lamento isso."* ----------

----- O Sr. Deputado Gonçalves Xavier interveio novamente e referiu que o Sr. Presidente da Câmara tinha interpretado mal as suas palavras; que, da última vez e depois do discurso apelando à sensibilidade dos problemas humanos na Assembleia, votou a favor, o que significa que foi sensível aos problemas. A questão é que está apenas a querer esclarecer porque é que por um lado no Orçamento estão 7% e estamos a falar de pessoas, e do outro lado estamos a falar das despesas com as pessoas que supostamente serão aquelas a que os 19% dizem respeito. Foi uma tentativa de esclarecer uma questão meramente contabilística. ----------

----- Não havendo ninguém a querer pronunciar-se, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a Ata à votação, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções, do Sr. Deputado Gonçalves Xavier, pelas razões expostas e do Sr. Deputado Tiago Marcelino por não ter estado presente.----------

1.2 – Leitura do Expediente

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, da qual constava um e-mail do Sr. Deputado e 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Ângelo Pereira Caetano, a comunicar que devido a compromissos profissionais anteriormente agendados, não era possível estar presente na sessão da Assembleia; ----------

----- Um exemplar do jornal "Voz das Misericórdias". ----------

----- Após a leitura da correspondência, o Sr. Presidente comunicou que a mesma se encontra à disposição dos senhores Deputados para consulta. ----------

1.3 – Outros Assuntos

1.3.1 - Balanço da Atividade da CPCJ de Pampilhosa da Serra – 2011

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que apresentou à Assembleia Municipal o relatório da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pampilhosa da Serra, referente ao ano 2011. De acordo com a legislação, o mesmo é aprovado em sede de reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – Modalidade Alargada, e apresentado em reunião da Assembleia Municipal, para conhecimento. ----------

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada uma síntese dos principais aspetos, da análise estatística do volume processual, a caracterização das crianças/jovens acompanhadas e da problemática sinalizada. Por fim, as medidas aplicadas. ----------

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----------

1.3.2 – Cancelamento da Contratação de um Empréstimo até 3.900.000,00 € - Processo nº 1080/10 do Tribunal de Contas

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito o seguinte: ----------

---- Por deliberação datada de 26 de maio de 2010, foi iniciado o procedimento com vista à contratação de um empréstimo a Longo Prazo, até ao valor de 3.900.000,00€. -------

----- Das vicissitudes ocorridas no decurso do tempo e das alterações entretanto verificadas pela aplicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, veio o Douto Tribunal proferir em sessão diária de visto, da 1ª Secção, de 21 de outubro de 2010, devolver o processo com o seguinte despacho: ----------

----- *Em cumprimento do despacho proferido em sessão diária de visto, da 1ª Secção, de 21 de outubro de 2010, o processo é devolvido com o seguinte despacho:* ----------

----- *Em sessão diária de visto decide-se devolver o contrato a fim de a C.M. de Pampilhosa da Serra ponderar a redução do empréstimo para um montante de 262.700,95 € (correspondente ao valor das amortizações da dívida no exercício orçamental de 2010) face ao disposto no artº 15º nºs 1 e 2 da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho.* ----------

----- *Em alternativa, poderá a mesma Câmara Municipal ponderar o acionamento do nº 4, do referido artº 15º, da Lei nº 12-A/2010".*----------

----- No cumprimento da deliberação datada de 26/10/2010, solicitou este Município em 08 de novembro, 06 de dezembro de 2010 e 03 de janeiro de 2011 um pedido de audiência a Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, Dr. Fernando Teixeira dos Santos, a fim de tratar deste assunto no âmbito da gestão financeira do Município. ---

----- Apesar de várias insistências efetuadas também por fax e por telefone, na pessoa da Senhora Chefe de Gabinete, nunca nos foi concedida tal audiência.----------

----- Assim e atendendo que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelo decurso do tempo, já realizou todos os investimentos e os liquidou (pagou), e não querendo acionar o nº 4, do artº 15º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, foi deliberado por unanimidade, em reunião ordinária do Executivo Camarário realizada no dia 10 de Janeiro de 2012, cancelar o empréstimo a que se refere o processo nº 1080/10 e dar conhecimento da referida deliberação ao Tribunal de Contas e ao Banco Santander Totta,

S.A. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

----- Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara referiu que pretendia manifestar à Assembleia Municipal a sua indignação, pela forma como os governantes do nosso país estão a encarar os nossos problemas e o nosso território, principalmente o mais deprimido e onde há menos habitantes, mas onde continua a haver pessoas a viver. Que, sempre que pode, tem manifestado na comunicação social a sua revolta e que muitas questões que estão a ser discutidas, embora saiba que são impostas pela chamada TROIKA, não trazem nenhum acréscimo à diminuição de custos, mas apenas o desprezo para determinadas populações do interior; a decisão cega, olhando apenas a números e esquecendo-se que por detrás desses números há gente. Continua a sentir que há governantes no país que não têm nenhuma sensibilidade para pensar nestas situações. --

----- E referiu : "*em primeiro lugar, a questão da reforma administrativa. Aprovámos na Assembleia de 26 de Novembro do ano passado, tendo sido o primeiro concelho do País a aprovar a reorganização administrativa de acordo com o Documento Verde do Governo que, segundo o Sr. Secretário de Estado, ia ter algumas adaptações. O nosso caso foi dado como exemplo, pela forma como desenvolvemos o processo e o consumamos, envolvendo as pessoas, desde os autarcas, aos membros da Assembleia Municipal e aos partidos políticos. Só assim foi possível chegar a esse documento final. E agora vemos sair a lei em 2012, que diz que todos os concelhos têm que reduzir em 25% o número de freguesias, e nenhuma com menos de cento e cinquenta habitantes se pode manter, isto é, fazendo as contas, o município de Pampilhosa da Serra tem dez freguesias, tinha que diminuir duas e meia, sendo que o arredondamento é para três. Isto é uma questão que o preocupa e que já apresentou ao Sr. Secretário de Estado, que disse que ia ser sensível ao facto de nós termos feito a aprovação em devido tempo na Assembleia Municipal. O que é certo é que o Documento Verde não era lei; a lei é a que agora se apresenta e vamos eventualmente ter que discutir novamente toda esta questão em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal e com todos aqueles que no fundo foram os grupos de trabalho, para chegarmos à conclusão a que*

chegámos. Manifesta, pois, a sua indignação, pelo facto de não nos terem informado logo que o Documento Verde servia apenas como base de discussão e análise até sair a lei. "----------

----- Relativamente ao Tribunal de Pampilhosa da Serra, referiu que tem trabalhado afincadamente para fazer sentir a quem decide que a situação da Pampilhosa é totalmente diferente de muitas outras; que a nossa resposta alternativa está distante e sem transportes, pelo que, acabar com o Tribunal de Pampilhosa da Serra é no fundo dizer aqueles que têm maior capacidade financeira: "*acusem os pobres que lá moram porque eles não têm capacidade para se defender. Em minha opinião é uma violência, é uma falta de consideração pelas nossas gentes, pelo que, vou continuar a lutar para que isso não aconteça".* Mais referiu: *"o nosso Tribunal é do Ministério, é um edifício recente que não precisa de obras; não tem Juiz nem Delegado do Ministério Público residentes, pois estes vêm de Arganil de quinze em quinze dias. Há três funcionários e porventura pode funcionar com dois; as despesas serão luz e água e até já disse que a Câmara Municipal está disposta a pagar essas despesas para o Tribunal funcionar. Querer encerrar este Tribunal é uma atitude de cegueira, de não querer compreender o problema real das pessoas.* " Continuou a sua intervenção, dizendo que para já não pretende entrar em muitas discussões neste âmbito dado que a Senhora Ministra acedeu em recebê-lo no mês de março; Que, entretanto, os Deputados do Distrito reuniram esta semana com ela, apresentaram elementos e manifestaram-lhe que a Pampilhosa da Serra tem de ter um tratamento diferente. O parecer foi de que a Senhora Ministra não estava muito recetiva a essa questão, mas ainda está esperançado que quando o receber tenha outra atitude perante o problema, caso contrário continuará a lutar até às últimas consequências, para que o Tribunal não seja deslocado de Pampilhosa da Serra." ----------

----- Relativamente à questão da TDT já abordada na última Assembleia, na qual foi tomada a decisão de ser feita uma exposição dirigida às entidades competentes a expor o problema do sinal no nosso concelho, a que se deu cumprimento, informou que tanto ele como o Sr. Vice-Presidente têm falado e reunido com os responsáveis da ANACOM e da

PT, e tem-se constatado que o que está em jogo são os interesses económicos próprios, que se sobrepõem aos direitos e às necessidades das populações do interior, que na sua maior parte são idosos e para alguns a televisão é a única companhia. Tiveram a oportunidade de denunciar essa situação na comunicação social, quer na rádio, quer nos jornais, sobretudo denunciando que a própria sede de concelho estava totalmente descoberta, aliás, que 77% de território estava descoberto. Entretanto tiveram conhecimento que a PT andava a instalar um retransmissor TDT no Sobral e esse equipamento cobre a Vila da Pampilhosa, estando entretanto já em funcionamento. Quanto ao resto do território, a solução parece simples e passa por montarem retransmissores onde funcionava o sinal analógico. O nosso concelho tem seis ou sete e ficava o problema resolvido na totalidade. Continuamos a lutar, inclusivamente o Município propôs-se apoiar, mas somos portugueses como os outros e temos os mesmos direitos. ----------

----- Informou que vai haver mais uma reunião com a PT, no Fundão, focada principalmente nas aldeias do xisto e nas históricas, mas também serão envolvidos os aglomerados rurais, e veremos até que ponto poderemos chegar a um entendimento. -----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente informou que o Município de Pampilhosa da Serra vai estar novamente presente na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa 2012, de 29 de Fevereiro a 04 Março, para promover o nosso território, enquanto concelho de grandes potencialidades turísticas, mas neste caso concreto também pretende dar visibilidade ao Hotel que está já em fase final de construção. ----------

----- O Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal tem convites para a BTL que distribuirá pelos Senhores Deputados, no final da sessão. ----------

----- Pediu a palavra o Sr. Deputado César Oliveira que saudou os presentes e referiu que a sua intervenção foi substancialmente respondida pelo Sr. Presidente da Câmara, pois

era sua pretensão congratular-se com o sucesso da reunião da Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra e pela revista apresentada e elogiada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa. Viu depois com alguma preocupação a entrevista que o Sr. Presidente da Câmara deu ao "Correio da Manhã" e outras que posteriormente concedeu às rádios sobre o problema do Tribunal, pelo que, acima de tudo pretende saber se já há alguma indicação quanto ao Tribunal. ----------

----- Referiu que também dá a ideia que está tudo a acontecer ao mesmo tempo, e que o ambiente está a ficar um pouco pesado para os municípios do interior, que não podem fugir às decisões tomadas. Na reorganização administrativa, eventualmente haverá outros serviços que poderão vir a ser implementados. Em sua opinião, está na altura de todos nós, Deputados de ambas as bancadas, nos unirmos e começarmos a apresentar propostas e tentar de alguma forma ultrapassar a situação. ----------

----- Nesse âmbito, pretende saber também em que ponto se encontra a Fundação Fernando Nunes Barata e a viabilidade ou não de a mesma poder vir a empregar jovens da Pampilhosa para evitar a sua saída do Concelho. A sua intervenção é precisamente no sentido de incentivar a apresentação de propostas pois que, relativamente ao Governo e do que conhece da Senhora Ministra, o Tribunal acabou na Pampilhosa da Serra. ----------

----- Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara interveio e salientou as iniciativas que a Associação de Juristas tem desenvolvido no Concelho, sendo que a última foi o lançamento de uma Revista chamada "Terra de Lei", em que esteve presente. No referido evento atuou o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, que fez um excelente concerto e que, embora num curto espaço de tempo, ficou uma ideia da sua qualidade e do seu constante progresso. Congratula-se e endereça os parabéns à Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra, também pela oportunidade do lançamento da referida Revista e o programa da sua apresentação, que contou com a presença do Professor Marcelo Rebelo de Sousa que conhece bem o nosso concelho, tendo sido ele quem

escreveu o prefácio do Livro da Real Confraria do Maranho. ----------

----- Referiu que estiveram presentes o Presidente e o Vice-presidente do Supremo Tribunal, Noronha do Nascimento e António Henriques Gaspar, respetivamente; o Presidente da Associação de Juristas, Juiz Desembargador Luís Lameiras e que lhe foi dada a oportunidade de manifestar a sua preocupação pela possível extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra. ----------

----- No seguimento das questões que lhe foram expostas, informou que a Câmara Municipal vai ter de reduzir o pessoal e ponderar as formas de resolver a situação. No que à Fundação diz respeito, informou que a mesma tem sido objeto de diversos entraves por parte das entidades competentes e já sofreu algumas alterações. Este Governo cancelou todas as dotações onde haja capitais públicos, que é o caso da nossa Fundação. Por esse facto, está em "stand by" até surgir nova legislação que permita a sua consecução. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Tiago Marcelino que, após ter saudado os presentes, concordou com o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara; Referiu que, quando é feito um trabalho a tempo e horas, envolvendo toda a população e forças do concelho e depois se tem que voltar ao mesmo trabalho, quando já devíamos estar virados para outros assuntos tão ou mais importantes do que esse. Em sua opinião, neste momento o mapa do concelho está fechado, não conhece o decreto lei que saiu sobre o assunto, mas se as reduções impostas aos municípios são de 25%, significa que se deve manter 75% das Freguesias. No nosso caso, dá sete e meio, portanto está bem. Para si o assunto está encerrado. Portanto há questões que se prendem com a reforma da administração local extremamente importantes e, considerando este assunto encerrado, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que informasse a Assembleia, sobre o ponto da situação relativamente à Lei das Finanças Locais, porque não sabemos como estamos, sendo que é um processo que decorre em paralelo com o Documento Verde; De

igual modo pretende saber como é que estamos com a Lei Eleitoral que se prendia com a situação de os Presidentes de Junta terem lugar na Assembleia e com a saída de Vereadores da oposição da composição do Executivo. Tendo em vista a redução do quadro de pessoal, entre os quadros intermédios e cargos dirigentes, havendo também balizamentos para esses quadros, pretende saber qual o ponto da situação relativamente a essa questão. Em sua opinião, no nosso caso havia pouca interferência relativamente ao que temos, mas mesmo assim pensa que vamos ser afetados de alguma maneira neste ponto. Finalmente, pretende saber sobre as novas competências dos nossos Órgãos Autárquicos e supra-Autárquicos, nomeadamente a transferência de competências para as Freguesias e a transferência de competências que deverão ser acompanhadas de financiamento, e ainda a transferência de competências para as Comunidades Intermunicipais. São assuntos que considera extremamente importantes e que gostaria de ver abordados. ----------

----- Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que todos os aspetos enunciados pelo Sr. Deputado Tiago Marcelino estão ainda um pouco embrionários, mas já há algumas diretivas em que há acordo entre o PS e o PSD no Parlamento, pelo que, deverão ser conhecidos em breve. Houve recentemente uma reunião da nossa Comunidade Intermunicipal com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, em que estiveram cerca de cinco horas a debater questões relacionadas com os assuntos referidos pelo Sr. Deputado e ainda não há decisões finais. Quanto à Lei das Finanças Locais e quanto à nova Lei Eleitoral, nada há de definitivo e o que se presume é que o número de Vereadores seja reduzido em todos os municípios. Por exemplo, nós temos cinco elementos no Executivo e passaremos para três. Em princípio a lista candidata para a Assembleia Municipal é a lista que é encabeçada pelo candidato à Câmara, que depois escolherá dessa lista os elementos que farão parte do seu Executivo. Informa, desde já, que discorda deste aspeto, pois, em sua opinião é importante um Executivo ter maioria e

o Presidente da Câmara ter sustentabilidade para levar por diante as suas decisões com o Executivo, contudo, continua a achar que é importante haver oposição no Executivo, haver uma voz com outras ideias, mas pelos vistos não é isso que está previsto; os cargos dirigentes vão ser reduzidos. Tem feito sentir que não é lógico, por exemplo, que o nosso Município fique com apenas um Chefe de Divisão que, eu seu entender, não pode responder em todas as áreas, porque não tem formação em tudo. A sua proposta tem sido sempre no sentido de que cada Município possa ter pelo menos três Chefes de Divisão, ou seja, um para a área administrativa-financeira, outro para a área de obras e urbanismo e outro para ação social, educação, cultura, desporto, turismo, etc. Não sabemos o que vai acontecer, porque o que está proposto já não é nada disso. Mais referiu, que também foram discutidas as novas competências para as comunidades intermunicipais e ainda a delimitação para as novas comunidades intermunicipais. Poderá haver necessidade de fazer alteração às NUT III, que significa, no fundo, criar mais coesão nas comunidades intermunicipais. Pode haver transferências dos municípios para as comunidades intermunicipais e deverá haver transferências do Governo para as comunidades, mas, como referiu o Sr. Deputado Tiago Marcelino, com as devidas compensações, por forma a que consigamos dar resposta áquilo que são responsabilidades que não eram nossas.----------

----- Os que enveredaram por assumir as responsabilidades não docentes nas escolas todas - e houve municípios que o fizeram - estão hoje muito arrependidos. Porque o dinheiro que é transferido para fazer face a essas competências não é suficiente para as responsabilidades que passaram a ter. Ainda bem que não caminhámos nesse sentido.----

----- Seguidamente propôs que na próxima Assembleia Municipal seja entregue antecipadamente aos Srs. Deputados toda a documentação sobre as matérias abordadas, do que está aprovado e do que está em discussão, para melhor conhecimento de todos e para que algumas situações possam ser discutidas na Assembleia. ----------

----- Colocada à votação, a proposta do Sr. Presidente da Câmara foi aprovada por unanimidade. ----------

----- O Sr. Deputado César Oliveira interveio novamente, referindo que se não for aprovada a proposta de reforma administrativa do nosso Município, em termos das freguesias, provavelmente haverá lugar a uma Assembleia extraordinária para nova aprovação, pelo que, propõe que se faça um apanhado de tudo quanto está em causa no nosso Município, em termos de Tribunal, Finanças, etc., e mesmo em termos de quadro de pessoal, de forma a que a Assembleia Municipal possa desde logo tomar uma posição de força e poder apresentar novas propostas alternativas. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Carlos Machado que saudou os presentes e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre a TDT, o Tribunal, e outros assuntos, referiu que tem na sua posse um folheto das Estradas de Portugal, que recebeu em casa, através dos correios. Constatou que é lamentável o teor do folheto e que chegou à conclusão que a Pampilhosa da Serra continua a ser objeto de exclusão e injustiças por parte das entidades responsáveis. Apela ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de contestar também sobre as decisões apresentadas relativamente às isenções de pagamento de portagens nas auto estradas.----------

----- Em resposta, o Sr. Presidente referiu que este é mais um assunto que não discutiu, mas que o preocupa, como é evidente. Não faz sentido a decisão tomada, pois quando deixou de haver SCUTS as pessoas dos territórios na proximidade das auto estradas que não eram pagas, tiveram alguns benefícios, tais como dez passagens gratuitas e 15% de desconto nas restantes. Quando viu o mapa concluiu aquilo que todos concluíram; que aquela gente não conhece o país, não sabem onde passam as auto estradas, não sabem onde está o concelho da Pampilhosa ou o concelho de Pedrógão. A que propósito é que

nós ficamos com isenções na A24 e na A25 e não ficamos na A23, que é aquela que serve o nosso concelho, que serve todos os pampilhosenses que residem em Lisboa e vêm muitas vezes à Pampilhosa, e ficamos assim nesta situação relativamente à Pampilhosa. Tomamos logo uma iniciativa na Comunidade Intermunicipal em que por decisão unanime da Comunidade deveria ser feita a devida correção pelas pelas Estradas de Portugal. De igual modo o nosso município manifestou a sua indignação, através de um ofício endereçado às entidades competentes, relativamente ao facto de termos isenção nessas duas vias e não termos na A23, que é aquela que nos serve e ainda estamos à espera da respetiva resposta. ----------

----- Informou também que se mantém a concessão do IC2 que tinha uma série de obras agrupadas e algumas delas beneficiavam a Pampilhosa da Serra, designadamente a 302, que ligava Lousã, Portela de Góis, Góis, Arganil e ia entroncar no IC6, assim como a requalificação da EN 2 na parte que está mais degradada, na nossa ligação a Coimbra, entre a Portela do Vento e a Portela de Góis. Esteve recentemente com a Srª Presidente da Câmara de Góis numa reunião com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas a tratar do assunto. Esta intervenção é toda no concelho de Góis mas beneficia muito o concelho de Pampilhosa da Serra. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Manuel Xavier, dizendo que "*ficamos todos estupefactos quando aparecem propostas como as que foram presentes; que se calhar é mesmo para ver se os pampilhosenses começam a equacionar sair do país*". Disse que subscrevia tudo quanto foi dito relativamente à Lei das Finanças Locais, contudo preocupa-o o facto de estarmos no inverno e estarem a acontecer incêndios no país. Todos conhecem o historial de incêndios da Pampilhosa, pelo que, se estamos assim no inverno, como será num verão escaldante? Gostaria de saber como está a questão do helicóptero, uma vez que ouviu falar da deslocação do mesmo para Tábua e que com a extinção dos governos civis não sabe até que ponto as estruturas de combate a incêndios se vão organizar, pelo que

pretende saber se o Município de Pampilhosa da Serra está a fazer alguma coisa no sentido de assegurar a prevenção e a defesa da floresta contra incêndios. ----------

----- Relativamente à problemática dos incêndios, o Sr. Presidente da Câmara manifestou a a sua preocupação e o facto de as barragens se encontrarem com pouca água, devido à seca que se faz sentir. Quanto à extinção dos governos civis e no que diz respeito à proteção civil, referiu que tudo funciona da mesma forma. Os comandos distritais de operações de socorro assumem essa responsabilidade, que já tinham anteriormente, embora tivessem o Governo Civil hierarquicamente acima deles. Esse aspeto está devidamente salvaguardado. O ano passado falava-se que o helicóptero que está sedeado no nosso Centro de Meios Aéreos poderia ir para outro local. Tábua não tem CMA, mas Santa Comba tem. O que sempre defendeu é que não fazia qualquer sentido tirar um meio aéreo deste território, porque está numa posição estratégica para servir todos os concelhos aqui à volta e está localizado numa altitude que normalmente não tem teto de nevoeiro. Devido a todas essas variáveis, o helicóptero vai manter-se no nosso CMA. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Apreciação das Atividades da Câmara Municipal nos termos do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

----- Dando cumprimento à Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, artigo 53º, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Sr. Presidente deu conhecimento à Assembleia das atividades da Câmara Municipal desenvolvidas desde a última Assembleia Municipal realizada em 26 de Novembro de 2011, pela ordem

constante da informação escrita, previamente entregue aos Srs. Deputados e foi assinalando as obras em curso ou concluídas, no que diz respeito a **Vias Municipais e Arruamentos**; a trabalhos realizados e eventos levados a efeito quanto a **Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Ação Social, a Águas, Lixos, Saneamento, Ambiente e Outros, bem como a atribuição de subsídios a diversas instituições do Concelho,** sobre os quais prestou esclarecimentos relativamente ao destino que lhes é dado. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

----- Não havendo ninguém a querer intervir, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

2.2 – Moção " Para que a taxa Municipal de Direitos de Passagem seja paga diretamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores"

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 14 de Fevereiro de 2012, aprovou por unanimidade e submete à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte Moção: ----------

----- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10/02, atenta a atual redação conferida pela Lei 51/2011, 13/09). Referindo o nº 2 do seu artigo 106º que: "(…) 2 – *Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios:* ----------

----- *a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;* ----------

----- *b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%".* ----------

----- Daqui resulta que o legislador colocou o ónus financeiro no cliente final, no consumidor, nos nossos munícipes, com o qual a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra não pode deixar de discordar. E assim é, porque: ----------

----- As taxas assentam na prestação concreta de um serviço ou na utilização de um bem do domínio público. Assim, a TMDP é a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações. Pelo que, parece-nos claro que a TMDP deveria ser suportada pelas operadoras de telecomunicações e não pelo consumidor final. Aliás, em última análise, a cobrança da TMDP deveria ser feita por um valor e não por um percentual sobre cada fatura. ----------

----- De facto as operadoras de telecomunicações continuam a obter lucros escandalosos, pelos serviços que prestam, não tendo sequer de suportar estes encargos inerentes à sua atividade. Pelo contrário, são os nossos munícipes, seus clientes, que com o agravamento crescente do custo de vida, ainda têm de pagar esta taxa. ----------

----- Apesar dos valores em causa, para o orçamento municipal, serem irrisórios e o seu peso nos orçamentos familiares ser diminuto, o pagamento da TMDP pelas operadoras de telecomunicações seria um ato da mais elementar justiça. ----------

----- Sobre a questão da aplicação da TMDP, que tanta controvérsia tem gerado, atente-se também ao facto de nem sempre as empresas de telecomunicações transferirem para os municípios os valores que cobram aos consumidores, valores esses que os municípios reclamam, muito justamente, aliás! E, saliente-se a este propósito, que a legislação em vigor não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações, pelo incumprimento do artigo 106º. ----------

----- Pelo exposto, parece de suma importância que se procedam às necessárias alterações à Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro. ----------

----- Assim, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na sua reunião ordinária realizada em 14 de Fevereiro do corrente ano, delibera por unanimidade: ----------

----- 1. Manifestar discordância pela cobrança da TMDP diretamente aos clientes finais;

----- 2. Solicitar à Assembleia da República a alteração à Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, atenta a redação em vigor, para que, nomeadamente: ----------

----- a) A TMDP passe a ser suportada diretamente pelas operadoras de telecomunicações e não pelos consumidores; ----------

----- b) Sejam previstas sanções para as empresas que, desrespeitando o artigo 106º, não efetuem o respetivo pagamento aos municípios. ----------

----- Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal a presente Moção. ----------

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia e após estes formularem as questões relacionadas com o assunto acima versado, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos respetivos membros de acordo com as questões apresentadas. ----------

----- Posto à votação este ponto da Ordem do Dia, foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. ----------

III– PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Direção da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, Dr. Anselmo Lopes. Este saudou os presentes e referiu que na qualidade de representante da Casa do Concelho, solidariza-se com as medidas

aprovadas na Assembleia, que foram consensuais. Informou que na última Assembleia da Casa do Concelho foram referidas algumas das matérias analisadas na presente sessão e que a Casa do Concelho está aberta para apoiar a Câmara Municipal no que for necessário. ----------

----- Seguidamente referiu que o Rancho Folclórico da Casa do Concelho vai realizar no próximo dia 18 de março em Odivelas, a comemoração do seu aniversário, que será especial. No âmbito de uma candidatura que foi efetuada em 2009, para a aquisição de novos trajes, aquisição de novos instrumentos e para dar melhor qualidade ao Rancho, foi feito um levantamento etnográfico e a elaboração de um livro com um conteúdo riquíssimo referente ao Rancho, bem como a edição de um DVD gravado em estúdio; O referido levantamento etnográfico foi feito por uma equipa autónoma que trabalhou ao longo destes meses todos no terreno e também em pesquisas que foram feitas não só para o Rancho e para a Casa do Concelho, mas abrangendo toda a cultura pampilhosense. Por tudo isso, apela a que estejam presentes no evento o maior número de pampilhosenses. É também intenção da Casa do Concelho realizar um evento semelhante na Pampilhosa da Serra, com a apresentação do livro, eventualmente enquadrado num programa que seja levado a efeito pelo Município. Por fim agradeceu todo o apoio que foi concedido a este projeto, afirmando que no fundo é um projeto do concelho. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Armindo Antunes, em representação do Jornal "Serras da Pampilhosa". Saudou os presentes e referiu que foi gratificante constatar, na apresentação feita pelo Sr. Presidente das atividades da Câmara Municipal, que a cultura e o desporto estão em destaque no concelho. O Jornal que representa é mensal e as notícias do Concelho vão chegando atempadamente para publicação, o que é gratificante e congratula-se pela dinâmica que tem existido nesse aspeto. Referiu que esteve a semana passada na Pampilhosa da Serra e que quando cá vem conjuga uma série de atividades que, no seu conjunto, constituem sempre matéria para o Jornal. Destaca o

saneamento básico de Maria Gomes, que é uma obra bastante importante e que apesar do elevado valor financeiro, algumas aldeias bem precisavam dessa intervenção.----------

----- Informou que também esteve em Porto de Vacas e felicita os organizadores do evento a que assistiu, nomeadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo e a Comissão de Melhoramentos de Porto de Vacas. ----------

----- Salientou a realização de uma interessante arruada, em que as pessoas vão de casa em casa, de uma forma salutar, em perfeita união e que são eventos destes que dinamizam bastante o concelho. ----------

----- Referiu que assistiu também ao Corso Carnavalesco realizado na Sede de Concelho, que achou bastante interessante, com muita crítica social e em que praticamente todas as Freguesias estiveram representadas. ----------

----- Em nome da Liga de Melhoramentos da Póvoa da Raposeira, agradeceu ao Executivo Camarário e à Junta de Freguesia toda a atenção e apoio que têm concedido, dizendo que a Póvoa da Raposeira é uma pequena povoação, que tem presentemente 83 pessoas residentes, de vários níveis etários e com uma dinâmica bastante heterogenia. ----

----- Seguidamente referiu que, embora não seja responsabilidade da Câmara Municipal, lamenta ter constatado que as árvores existentes ao longo do trajeto para a Pampilhosa da Serra não estejam a ser cuidadas por quem de direito. Também lhe foi dado observar que existem despejos de detritos a céu aberto, o que não se compreende, uma vez que tem conhecimento que a Câmara Municipal tem resposta para estas situações. Contudo, sugere que a Câmara Municipal, uma ou duas vezes por mês faça a recolha desse tipo de materiais, afixando previamente avisos nas localidades sobre esse serviço.----------

------ Finalmente agradeceu a atenção dispensada e referiu que lamenta, na qualidade de representante do Jornal "Serras da Pampilhosa", o facto de não conseguir estar em todos os eventos, como gostaria, porque cada vez se tornam mais dispendiosas as deslocações à Pampilhosa da Serra. Por esse facto solicita que lhe sejam enviadas as

notícias para o "Serras da Pampilhosa", não necessariamente elaboradas, a fim de que possam ser levadas ao conhecimento dos pampilhosenses que residem cá e aos que residem fora, para que todos tenham informação do que vai acontecendo aqui no Concelho. ----------

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra e a título de resposta às questões apresentadas pelo Sr. Armindo Antunes, referiu que relativamente à manutenção das árvores que estão à beira da estrada EN344, não é da responsabilidade do Município nem podia ser, porque é uma estrada nacional, nem tem conhecimento de quem é o responsável, uma vez que não passou nenhum processo pela Câmara Municipal sobre a sua plantação. ----------

----- Quanto ao depósito de materiais e de "monos", referiu que há muita gente que desconhece que o Município presta esse serviço e abandona esses resíduos em qualquer local. Das situações que a Câmara Municipal tem conhecimento através dos serviços de fiscalização, é levantado o respetivo auto e a questão é resolvida. Há contudo necessidade de alertar uma grande parte dos nossos munícipes para o facto de prestarmos este serviço. ----------

----- Referiu que, por outro lado, não temos qualquer local legalizado para depósito de materiais de construção, pelo que compreende o drama dos construtores, quando fazem demolições e têm que depositar os materiais nalgum local. O atual PDM já prevê dois locais para o efeito, um no Alto do Concelho e outro aqui para a zona da Pampilhosa e é uma questão que deverá ser rapidamente resolvida. Informou que há também uma secção da GNR que fiscaliza este tipo de infrações.----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Machio, Álvaro Margarido, que saudou os presentes e referiu que de acordo com a Lei agora imposta relativamente à reorganização administrativa das freguesias, depois de todo o trabalho e

envolvimento das pessoas que atuaram tendo por base o Documento Verde, com certeza teremos de voltar a reunir para rever todo o processo, inclusivamente as Assembleias de Freguesia. ----------

----- De seguida, informou a Assembleia Municipal, que todos os anos são pagos diretamente às Freguesias os IMI's, até ao final de cada ano civil e que este ano a verba baixou substancialmente. Gostaria de saber como tem sido com as outras Freguesias.------

----- Informou também, que a semana passada esteve numa reunião de formação da Comissão de Coordenação da Região Centro, em que foram expostas as alterações previstas na lei relativamente às despesas com as Freguesias e constata que se não fosse a Câmara Municipal apoiar, a Junta de Freguesia de Machio não tinha capacidade para colocar em prática aquilo que a lei exige, e deu como exemplo o facto de que as previsões de pagamentos têm de ser revistas um mês antes e informar-se de imediato a DGAL e que, no caso de haver incumprimento nas diretivas que lhes são impostas, haverá cortes orçamentais.----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Licínio Dias, que saudou os presentes e reportou-se aos eventos do dia 18 de Fevereiro, dizendo que os mesmos fizeram jus ao slogan "Pampilhosa da Serra Inspira Natureza", porque houve a Montaria de Pessegueiro; houve a inauguração do Saneamento Básico de Maria Gomes e houve o percurso pedestre de Porto de Vacas, que merece especial destaque pela dimensão e pela forma como decorreu, em particular a "arruada" que é única no concelho. Agradeceu à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Janeiro de Baixo o apoio concedido e a mobilização que ajudaram a imprimir para a realização do evento. A finalizar formulou votos de agradecimento ao Sr. Vasconcelos do Jornal " A Comarca de Arganil", presente na Assembleia, que se disponibilizou para gratuitamente publicar o cartaz publicitário. -

----- O Sr. Presidente da Câmara salientou a importância das dinâmicas que o Sr. Deputado Licínio Costa enumerou. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Álvaro Margarido, comunicou que vai inteirar-se do que se passa sobre a questão do IMI. No que diz respeito à fiscalização por parte da DGAL, referiu que a mesma se deve à legislação, tendo em conta a necessidade das autarquias regularizarem os pagamentos a quem devem. No fundo, vai haver necessidade de prestar mais esclarecimentos à DGAL atempadamente por forma a controlar se as Autarquias estão a pagar a mais de 90 dias. Quanto às despesas, tudo tem que ter uma requisição devidamente assinada e autenticada, para que quem fornece possa faturar. Mais referiu, que a Câmara Municipal está disponível para apoiar em caso de dúvida sobre estas questões, através dos nossos serviços de contabilidade e com a colaboração do Sr. Chefe de Divisão, por forma a que ninguém entre em incumprimento. ----------

----- Finalmente, agradeceu o contributo de todos quantos intervieram e referiu que embora alguns pensem diferente, todos manifestaram o mesmo espírito de participação e entreajuda. Agradeceu também a presença da comunicação social, do Jornal "Serras da Pampilhosa" e do Jornal "A Comarca de Arganil".----------

----- O Sr. Presidente da Assembleia usou da palavra, congratulou-se com a participação dos Senhores Deputados da Assembleia e da forma como decorreram os trabalhos. ----------

----- Seguidamente e na sequência das intervenções acerca da decisão da eventual extinção do Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra, referiu o seguinte: *" em Lisboa temos os reformadores que, sentados a uma secretária, abrem o mapa, olham para a Pampilhosa e dizem: isto é pequeníssimo, não interessa… Não pode ser assim. Os problemas têm de ser debatidos também, por isso nós não podemos vergarmo-nos a ninguém e neste momento somos um país de vergados, a uma Troika, a um acordo ortográfico que contesta e protesta e que nunca escreverá de acordo com ele, pois ao longo de trinta e seis anos ensinou os seus alunos a escrever e a linguagem escrita é património, é a raiz cultural da cultura de um povo. Se querem, venham à*

origem. Somos menos que os brasileiros, mas somos a língua-mãe." ----------

----- Mais referiu " (…) *não marchemos para Lisboa para fazer protestos ou manifestações. Os Senhores de Lisboa é que devem marchar para a Pampilhosa, para virem ver e percorrer o nosso concelho, e vão de cá de certeza com uma ideia diferente daquela que nos querem impor. Querem extinguir o Tribunal, as Finanças e qualquer dia é o Centro de Saúde e com certeza até a Câmara Municipal… É isto um país democrático? Querer impor um modelo único? Por isso me interrogo se não será oportuno ir buscar o D. Dinis outra vez para nos dar um moral novo… ou dirigirmo-nos à Igreja de Santa Cruz a Coimbra a ver se ressuscitamos o D. Sancho I e dizer-lhe para voltar e vir repovoar o país que esta gente está a despovoar. Fazem-se autoestradas para a periferia, para as fronteiras. Para quê? Para emigrarmos? Meus amigos, enquanto houver pampilhosenses de fibra, não nos farão emigrar para lado nenhum e nem queremos que imigrem. Mas queremos que venham para cá, queremos maior fixação e por isso louvo o esforço do Executivo nesta luta pela defesa dos interesses do nosso concelho de Pampilhosa da Serra. Estou nesta luta e enquanto for Presidente da Assembleia Municipal e depois de passar a pasta a outro, continuarei a lutar para que o nosso concelho não seja vilipendiado, não seja esmagado, não seja esquecido. Por isso, parece-me que temos de voltar aos tempos do nosso Rei Povoador. Meus amigos, vou daqui com a consciência tranquila e procurei dirigir os trabalhos o melhor possível. Podem discordar das posições do Executivo mas estamos aqui todos a lutar pelo mesmo ideal e por isso não tenhamos medo de dizer aqui o que sentimos. Somos livres de concordar e de discordar e quem diz o que pensa não merece castigo. Somos pampilhosenses envolvidos e empenhados no mesmo projeto que é o desenvolvimento do nosso Concelho, e neste momento não sei se não será também a manutenção do nosso concelho. Por isso, estejamos unidos e nunca vergados! Podem fazer-nos cair, mas há de ser como as árvores, que morrem de pé. Governo nenhum, poder político nenhum nos fará vergar. Desejo a todos a continuação de um ótimo dia e obrigado pela vossa participação e pela vossa compreensão. "*----------

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Sr. Presidente da Mesa deu por terminada a sessão, quando eram doze horas e trinta minutos. ----------

----- De tudo o que foi dito, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia e por mim, Maria Olímpia Lucas, Assistente Técnico, que a elaborei. ----------

_____

_____